

Demonstrações financeiras

Banco C6 Consignado S.A.

30 de junho de 2024

e relatório dos Auditores Independentes

ÍNDICE

<i>Relatório da administração.....</i>	<i>3</i>
<i>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....</i>	<i>4</i>
<i>Balanço patrimonial.....</i>	<i>7</i>
<i>Demonstração de resultado.....</i>	<i>8</i>
<i>Demonstração do resultado abrangente.....</i>	<i>9</i>
<i>Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....</i>	<i>10</i>
<i>Demonstração do fluxo de caixa.....</i>	<i>11</i>
<i>Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais.....</i>	<i>12</i>

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado leitor,

O Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), situado em São Paulo, é uma controlada do Banco C6 S.A. ("C6 Bank"). O C6 Bank é um banco completo para **pessoas físicas, MEIs e pequenas e médias empresas**, que forma um grupo ("Grupo C6 Bank") que reúne, além do C6 Consignado, a C6 Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, empresas de tecnologia para meios de pagamento e assessorias de seguros. Juntas, as empresas somam cerca de 3,5 mil funcionários.

Apresentação das demonstrações financeiras do semestre

Junto a este Relatório da Administração, apresentamos as informações individuais do C6 Consignado, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2024, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Desempenho financeiro

No semestre findo em 30 de junho de 2024, o C6 Consignado possuía R\$ 22 bilhões de operações de crédito (31 de dezembro de 2023 – R\$ 22,5 bilhões), R\$ 2,8 bilhões de patrimônio líquido (31 de dezembro de 2023 – R\$ 2,2 bilhões) e R\$ 31,7 bilhões de total de ativos (31 de dezembro de 2023 – R\$ 28,8 bilhões). O lucro líquido do semestre foi de R\$ 580 milhões (30 de junho de 2023 – prejuízo de R\$ 55 milhões).

Em atendimento à Circular BCB nº 3.068/01, declaramos ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", no montante de R\$ 6,4 bilhões (31 de dezembro de 2023 – R\$ 1,5 bilhões).

Auditores independentes

A política do Grupo C6 Bank na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

(Aprovada pela Diretoria em 12 de agosto de 2024).

Banco C6
Consignado S.A.
Demonstrações financeiras em
30 de junho de 2024
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Banco C6 Consignado S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco C6 Consignado S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 30 de junho de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições

Banco C6 Consignado S.A.

autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.



Banco C6 Consignado S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de agosto de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Pedro Henrique Pereira de Sousa
Contador CRC 1RJ119141/O-8

BALANÇO PATRIMONIAL**EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 31 DE DEZEMBRO DE 2023****(EM MILHARES DE REAIS)**

	Nota	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	4	45	157
Instrumentos financeiros			
Mantidos para negociação	5	-	137.995
Disponíveis para venda	6	86.268	3.504.950
Mantidos até o vencimento	7	6.407.130	1.502.279
Derivativos	8	49.504	-
Operações de crédito	9	21.988.797	22.466.757
Outros ativos financeiros	10	2.232.769	444.698
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(319.378)	(273.374)
Outros ativos	11	1.013.630	709.761
Ativos fiscais correntes e diferidos	19	242.559	275.767
Total do ativo		31.701.324	28.768.990
		30/06/2024	31/12/2023
Depósitos e outros passivos financeiros			
Depósitos	12	22.489.174	19.945.149
Derivativos	8	-	7.573
Operações compromissadas	13	160.720	89.823
Empréstimos e repasses	13	440.255	271.669
Obrigação por cessão de crédito	13	3.963.526	5.007.230
Dívidas subordinadas	15	1.010.338	975.623
Passivo contingente	14	104.569	111.824
Obrigações fiscais	19	206.913	9.430
Outros passivos	16	544.778	155.193
Total do passivo		28.920.273	26.573.514
Patrimônio líquido			
Capital social	17	2.764.877	2.764.877
Reservas de capital	17	40.905	35.465
Prejuízos acumulados		(24.490)	(604.866)
Outros resultados abrangentes		(241)	-
Total do patrimônio líquido		2.781.051	2.195.476
Total do passivo e do patrimônio líquido		31.701.324	28.768.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Receitas de intermediação financeira		3.797.634	1.972.575
Operações de crédito		2.429.204	1.932.384
Resultado de operações com instrumentos financeiros	9.7	1.368.430	40.191
Despesas de intermediação financeira		(2.228.174)	(1.322.150)
Operações de captação no mercado		(1.996.883)	(1.162.577)
Operações de empréstimos e repasses		(16.307)	-
Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito	9	(214.984)	(159.573)
Resultado da intermediação financeira		1.569.460	650.425
Receitas e despesas operacionais		(758.745)	(749.330)
Receita de prestação de serviço	20	5.059	20.166
Despesas de pessoal	21	(99.376)	(26.354)
Despesas de depreciação e amortização		(1.927)	(1.066)
Outras despesas administrativas	22	(149.923)	(111.480)
Despesas tributárias		(69.810)	(30.772)
Outras receitas e despesas operacionais	23	(442.768)	(599.824)
Resultado operacional		810.715	(98.905)
Resultado antes da tributação e participação no resultado		810.715	(98.905)
Imposto de renda e contribuição social	19	(230.339)	45.442
Participação estatutária no resultado		-	(1.568)
Lucro/(Prejuízo) do semestre		580.376	(55.031)
Quantidade de ações		581.679.189	295.511.267
Lucro/ (Prejuízo) por ação (em reais)		1,00	(0,19)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações financeiras
Banco C6 Consignado S.A.
30 de junho de 2024

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	<u>30/06/2024</u>	<u>30/06/2023</u>
Lucro/(Prejuízo) do semestre	580.376	(55.031)
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda	(438)	275
Impacto tributário sobre ajuste a valor de mercado	197	(124)
(=) Resultado abrangente total	580.135	(54.880)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações financeiras
Banco C6 Consignado S.A.
30 de junho de 2024

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Resultado acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022		1.764.877	24.584	(4.672)	(689.096)	1.095.693
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		-	-	151	-	151
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	18	-	5.440	-	-	5.440
Prejuízo do semestre		-	-	-	(55.031)	(55.031)
Saldo em 30 de junho de 2023	17	1.764.877	30.024	(4.521)	(744.127)	1.046.254
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17	2.764.877	35.465	-	(604.866)	2.195.476
Ajuste a valor de mercado sobre instrumentos financeiros disponíveis para venda		-	-	(241)	-	(241)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	18	-	5.440	-	-	5.440
Lucro do semestre		-	-	-	580.376	580.376
Saldo em 30 de junho de 2024	17	2.764.877	40.905	(241)	(24.490)	2.781.051

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2024 E 2023

(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	30/06/2024	30/06/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(Prejuízo) do semestre		580.376	(55.031)
Ajustes ao resultado			
Provisão para perdas líquidas de recuperações	9	46.004	1.253
Imposto de renda e contribuição social	19	230.339	(45.442)
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais	18	5.440	5.440
Provisão para contingências	14	1.549	4.634
Participação estatutária no resultado		-	1.568
Outros		(241)	(123)
Resultado ajustado		863.467	(87.701)
Redução de títulos mantidos para negociação		137.995	-
(Aumento)/ Redução de títulos disponíveis para venda		3.418.682	(10.532)
(Aumento)/ Redução de mantidos até o vencimento		(4.904.851)	-
(Aumento)/ Redução de derivativos		(57.077)	-
(Aumento)/ Redução de operações de crédito		477.960	(4.282.478)
(Aumento)/ Redução de outros ativos financeiros		(307.234)	(36.540)
(Aumento)/ Redução de ativos fiscais correntes e diferidos		(197.131)	124
(Aumento)/ Redução de outros ativos		(303.869)	(105.933)
Aumento/ (Redução) de obrigação por cessão de crédito		(1.043.704)	-
Aumento/ (Redução) de depósitos		2.544.025	4.089.516
Aumento/ (Redução) de captações por operações compromissadas		70.897	173.916
Aumento/(Redução) de dívidas subordinadas		34.715	394.758
Aumento/(Redução) de empréstimos e repasses		168.586	-
Aumento/(Redução) de provisões		(8.804)	(13.252)
Aumento/ (Redução) de obrigações fiscais		197.483	572
Aumento/(Redução) de outros passivos		389.585	52.681
Caixa gerado/(utilizado) nas atividades operacionais		1.480.725	175.131
Caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	382.635	91.586
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	4	1.863.360	266.717
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		1.480.725	175.131

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco C6 Consignado S.A. ("C6 Consignado"), é uma companhia de capital fechado e está organizado sob a forma de banco múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comercial e de crédito, financiamento e investimento.

O C6 Consignado é controlado pelo Banco C6 S.A. ("C6 Bank"), que detém 56,8% do seu capital em 30 de junho de 2024 (56,8% em 31 de dezembro de 2023). A N7 Holding S.A., controladora do Banco C6 S.A., detém os demais 43,2% (43,2% em 31 de dezembro de 2023).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com o estabelecido pela Lei das Sociedades por Ações e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), e são apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A apresentação das contas do Balanço Patrimonial está por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante, cuja segregação está apresentada nas notas explicativas.

Essas práticas contábeis incluem os critérios gerais e os procedimentos para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BACEN nº 2/20, bem como os princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.924/21.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com essas práticas, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 12 de agosto de 2024.

2.1 MOEDA FUNCIONAL

A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

O Real é a moeda funcional e de apresentação do C6 Consignado. As informações financeiras quantitativas, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos de acordo com os requisitos gerais da Res. CMN 4.924/21.

2.2 ADOÇÃO DE NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

Normas e interpretações que entrarão em vigor após 30 de junho de 2024:

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23 - com início de vigência em 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. A Resolução requer que as instituições elaborem plano para a implementação da regulamentação prevista na norma.

Resumo dos aspectos considerados no plano de implementação da referida resolução:

Mudanças nos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge, sendo os principais impactos relacionados à determinação de provisões para Perda esperada de crédito e seus fatores correlatos: metodologia para cálculo da taxa efetiva de juros, cura, determinação da ocorrência de aumento significativo do risco de crédito, e determinação de Perda incorrida.

O plano foi elaborado no contexto das regulamentações e normas já emitidas, tendo em conta mudanças de conceitos, critérios, processos, métodos e sistemas que o C6 irá aplicar na adoção dessas normas. Dessa forma, o plano, incluindo os conceitos apresentados, o prazo e forma de execução poderão ser alterados em função dos novos normativos.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

2.3 RESULTADOS NÃO RECORRENTES

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BACEN nº 2/2020, considera-se resultado não recorrente o resultado que:

- i. Não esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- ii. Não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

Em 30 de junho de 2024 e 2023, o C6 Consignado não incorreu em resultados não recorrentes.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis adotadas pelo C6 Consignado são aplicadas de forma consistente em todo o período apresentado nestas demonstrações financeiras.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base em remuneração estabelecida na data da contratação e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os títulos e valores mobiliários adquiridos são registrados pelo valor efetivamente pago deduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Negociação: Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Disponíveis para venda: Podem ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Mantidos até o vencimento: Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação obtido por meio de cotação de mercado na data da apuração. Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados pro rata dia, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para proteger contra riscos de taxa de câmbio, riscos de taxa de juros e outros riscos que o C6 Consignado está exposto no curso normal de suas operações. Esses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de mercado na data em que são celebrados e são, subsequentemente, mensurados ao valor de mercado.

Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor de mercado é positivo e como passivos financeiros quando o valor de mercado é negativo.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal. Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, adota-se a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis para as operações de varejo.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

OPERAÇÕES DE VENDA OU TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

O C6 Consignado possui operações de transferência de ativos financeiros (Operações de crédito – Consignado). Essas operações financeiras são classificadas e registradas conforme abaixo, de acordo com os critérios da Resolução CMN nº 3.533/08:

Venda ou transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: (i) O ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. (ii) Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/(despesas) são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação.

Venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações sem retenção substancial dos riscos e benefícios: (i) o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência é baixado,

na sua totalidade. (ii) O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada.

OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pró rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pró rata dia.

MENSURAÇÃO A VALOR PRESENTE

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros. Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle do C6 Consignado, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

DEPÓSITOS, CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO E RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS

Os depósitos e captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As contingências são registradas quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes relevantes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

TRIBUTOS

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas Vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL – Bancos	20%
PIS/PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para bancos, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

O ativo fiscal diferido e as obrigações diferidas são obtidas pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando se considera provável que a instituição irá gerar lucro tributável futuro para a sua compensação. A realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e por estudo de capacidade de realização.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição,

manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/2020.

COMISSÕES PAGAS A CORRESPONDENTES BANCÁRIOS

Considerando-se os requisitos da Resolução CMN 4.294 e da Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões são integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

OUTORGA DE DIREITOS SOBRE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

O C6 Consignado fornece outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais a parceiros de negócios, por meio dos quais o C6 Consignado recebe serviços em troca de instrumentos patrimoniais (ou opções de tais instrumentos).

O C6 Consignado mensura o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da outorga (que podem ser ações ou opções de ações conversíveis), levando em consideração as condições de mercado de cada plano na estimativa do valor justo. Os custos incorridos são reconhecidos durante o período de carência para aquisição do direito ao exercício dos instrumentos. O valor total a ser registrado como despesa é determinado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio, excluindo o impacto de qualquer prestação de serviços e prazos de carência.

APURAÇÃO DO RESULTADO

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

É reconhecida como perda no resultado do período sempre que existirem evidências de que os ativos estejam avaliados por valor não recuperável.

Os ativos reduzidos a valor recuperável são deduzidos de provisão para desvalorização que é calculada de acordo com o maior valor em uso e valor justo menos custos para vendas dos ativos.

RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação é calculado mediante a divisão do resultado do exercício atribuível aos acionistas do C6 Consignado, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante cada período.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2024	31/12/2023
Disponibilidades	45	157
Aplicações no mercado aberto (*)	1.861.011	380.578
Depósitos em conta corrente - Interfinanceiro	2.304	1.900
Total	1.863.360	382.635

(*) As aplicações no mercado aberto são representadas por aplicações em operações compromissadas – posição bancada, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS MANTIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	30/06/2024		31/12/2023
	Custo	Mercado	Mercado
Carteira Própria	-	-	137.995
Títulos públicos federais	-	-	137.995
Total	-	-	137.995
Circulante		-	137.995

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação são apresentados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento, de acordo com os requisitos da Circular BCB nº 3.068.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	30/06/2024			31/12/2023
	Custo	Mercado	Até 1 ano	Mercado
Carteira Própria	86.706	86.268	86.268	3.504.950
Títulos públicos federais	86.706	86.268	86.268	-
Debêntures	-	-	-	3.504.950
Total	86.706	86.268	86.268	3.504.950
Circulante		86.268		-
Não circulante		-		3.504.950

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

	30/06/2024				31/12/2023
	Mercado	Custo	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Custo
Carteira Própria	6.407.130	6.407.130	4.609.053	1.798.077	1.502.279
Títulos privados (i)	1.798.077	1.798.077	-	1.798.077	1.502.279
Títulos públicos - Outros países	4.609.053	4.609.053	4.609.053	-	-
Total	6.407.130	6.407.130	4.609.053	1.798.077	1.502.279
Circulante		-			-
Não circulante		6.407.130			1.502.279

(i) Debêntures subordinadas, não conversíveis em ações, emitidas por companhia securitizadora, que foram adquiridas pelo C6 Consignado no contexto da cessão de créditos consignados (Nota 9.7).

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

POR VALOR DE MERCADO E CUSTO

	30/06/2024		31/12/2023
	Custo	Mercado	Mercado
Operações de swap			
Posição ativa	49.504	49.504	-
Posição passiva	-	-	(7.573)
Total	49.504	49.504	(7.573)
Circulante		49.504	7.573

POR INDEXADOR E PRAZO DE VENCIMENTO (NOTIONAL)

	30/06/2024			31/12/2023
	Total	Até 90 dias	De 90 a 365 dias	Mercado
Operações de swap	-	-	-	296.733
Posição ativa	402.326	161.393	240.933	-
Posição passiva	-	-	-	296.733
Total	402.326	161.393	240.933	296.733

9. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

9.1 COMPOSIÇÃO

	30/06/2024		31/12/2023	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Empréstimos				
Consignado (i)	15.523.334	(274.118)	12.068.926	(254.089)
Créditos cedidos (Nota 9.7)	3.930.053	(45.168)	5.057.716	(19.155)
Antecipação de FGTS	2.533.591	(84)	5.338.206	(122)
Outros	1.819	(8)	1.909	(8)
Total	21.988.797	(319.378)	22.466.757	(273.374)

(i) Operações de crédito consignado a funcionários públicos e pensionistas vinculados ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Pessoal.

9.2 POR FAIXA DE VENCIMENTOS E NÍVEIS DE RISCO

Nível de risco	30/06/2024				31/12/2023			
	Vencidas	A vencer até 6 meses	A vencer 6 a 12 meses	Vencimento após 12 meses	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	-	795.263	527.980	1.210.348	2.533.591	-	5.338.207	-
A	-	2.792.717	2.521.793	13.742.849	19.057.359	(95.279)	16.696.621	(83.484)
B	2.446	17.942	15.990	86.150	122.529	(1.225)	198.026	(1.980)
C	1.292	3.901	3.504	19.365	28.062	(842)	22.276	(668)
D	1.025	1.955	1.734	8.843	13.558	(1.356)	14.224	(1.422)
E	1.299	1.837	1.632	8.407	13.175	(3.953)	11.679	(3.504)
F	1.945	2.133	1.909	10.111	16.099	(8.049)	10.082	(5.041)
G	1.316	1.207	1.069	5.576	9.168	(6.418)	10.099	(7.069)
H	25.299	26.153	23.343	120.462	195.256	(195.256)	165.543	(165.543)
Subtotal - Provisão mínima	34.623	3.643.108	3.098.954	15.212.111	21.988.797	(312.378)	22.466.757	(268.711)
Provisão complementar ao mínimo requerido (i)						(7.000)		(4.663)
Total	34.623	3.643.108	3.098.954	15.212.111	21.988.797	(319.378)	22.466.757	(273.374)
Circulante					6.776.685	(185.969)	6.932.584	(160.449)
Não circulante					15.212.111	(133.409)	15.534.173	(112.925)

(i) Relacionada a perdas esperadas e potenciais na carteira de Crédito Consignado, levando em consideração a curva histórica observada de óbitos nessa carteira.

9.3 POR SETOR E ATIVIDADES ECONÔMICAS

	30/06/2024	31/12/2023
Pessoa física	21.988.797	22.466.757
Total	21.988.797	22.466.757

9.4 CONCENTRAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Devedores	30/06/2024	% da carteira	31/12/2023	% da carteira
10 maiores	3.717	0,02%	3.562	0,02%
20 maiores	5.703	0,03%	5.467	0,02%
50 maiores	10.737	0,05%	10.244	0,05%
100 maiores	17.528	0,08%	16.838	0,07%

9.5 MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos iniciais	(273.374)	(226.592)
(Constituição)/Reversão de provisão	(214.984)	(353.386)
Baixas a prejuízo	168.980	306.604
Total	(319.378)	(273.374)

9.6 RENEGOCIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS PARA PREJUÍZO

Em 30 de junho de 2024, a carteira de crédito inclui R\$ 5.826.045 (PDD – R\$ 78.901) de operações renegociadas (31 de dezembro de 2023 – R\$ 4.280.935 com PDD de R\$ 53.530). Operações renegociadas nas carteiras do C6 Consignado são compostas substancialmente por repactuações e refinanciamentos de contratos adimplentes, com liberação adicional de recurso ao tomador, as quais são classificadas como renegociação de acordo com critérios da Res. CMN 2.682/99. Não houve recuperação de créditos baixados para prejuízo em 30 de junho de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

9.7 INFORMAÇÕES SOBRE CESSÕES DE CRÉDITO

O C6 Consignado possui operações de crédito consignado cedidas tanto com retenção substancial dos riscos e benefícios quanto com transferência substancial dos riscos e benefícios. As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios totalizam R\$ 3.963.526 (R\$ R\$5.057.716 em 31 de dezembro de 2023), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos (Nota 13). As cessões de operações de Consignado e Antecipação de FGTS com transferência substancial dos riscos e benefícios para instituições financeiras, totalizam R\$ 4.099.186. O resultado com operações de crédito cedidas faz parte da composição da rubrica Resultado de operações com instrumentos financeiros.

10. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Títulos e créditos a receber - sem característica de concessão de crédito	61.783	62.220
Aplicações no mercado aberto (i)	1.861.011	380.578
Aplicações em depósitos interfinanceiros	307.671	-
Depósitos em conta corrente - Interfinanceiro	2.304	1.900
Total	2.232.769	444.698
Circulante	2.232.769	444.698

(i) O saldo de aplicações no mercado aberto em 30 de junho de 2024 é composto por operações compromissadas com o C6 Bank.

11. OUTROS ATIVOS

	<u>30/06/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Outros créditos - diversos (nota 11.1)	744.945	558.181
Despesas antecipadas (i)	258.095	142.690
Outros valores e bens	10.590	8.890
Total	1.013.630	709.761
Circulante	155.344	539.482
Não circulante	858.286	170.279

(i) Refere-se, substancialmente, a comissões pagas a terceiros por estruturação de operações com o mercado, a serem reconhecidas pelo prazo dos contratos.

11.1 OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	30/06/2024	31/12/2023
Valores a receber de correspondentes bancários	282.001	296.194
Adiantamentos para fornecedores	164.985	157.371
Devedores diversos	202.060	80.520
Devedores por depósito em garantia	19.809	18.023
Impostos e contribuições a compensar	76.090	6.073
Total	744.945	558.181
Circulante	123.752	438.539
Não circulante	621.193	119.642

12. DEPÓSITOS

	30/06/2024					31/12/2023
	Total	até 90 dias	de 90 a 365 dias	de 1 a 3 anos	de 3 a 5 anos	Total
Depósitos interfinanceiros	4.176.287	2.030.621	2.145.666	-	-	7.438.052
Depósitos a prazo	18.312.887	3.376.123	4.248.807	8.713.931	1.974.026	12.507.097
Total	22.489.174	5.406.744	6.394.473	8.713.931	1.974.026	19.945.149
Circulante	11.801.217					9.924.214
Não circulante	10.687.957					10.020.935

13. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/06/2024	31/12/2023
Operações compromissadas	160.720	89.823
Empréstimos e repasses (i)	440.255	271.669
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (ii)	3.963.526	5.007.230
Outros passivos financeiros	4.564.501	5.368.722
Circulante	2.674.269	2.690.330
Não circulante	1.890.232	2.678.392

(i) Captação de recursos com o Banco C6 S.A. (Cayman Branch).

(ii) O C6 Consignado realizou, em dezembro de 2023, a cessão de uma carteira de operações de crédito consignado, com retenção substancial de riscos e benefícios, tendo em vista a que o C6 Consignado adquiriu a série subordinada das debêntures relacionadas a essa operação.

14. PASSIVO CONTINGENTE

Provisões

As provisões registradas para processos em que a probabilidade de perda é provável e os montantes mensuráveis com suficiente segurança estão assim apresentados:

		Adições/ Atualizações	Pagamentos/ Reversões	30/06/2024
Ações trabalhistas	5.262	281	-	5.543
Ações cíveis (*)	106.562	3.679	(11.215)	99.026
Total	111.824	3.960	(11.215)	104.569
Circulante	111.824			104.569

	31/12/2022	Adições/ Atualizações	Pagamentos/ Reversões	30/06/2023
Ações trabalhistas	13.136	524	-	13.660
Ações cíveis (*)	115.547	4.215	(13.357)	106.405
Total	128.683	4.739	(13.357)	120.065
Circulante	128.683			120.065

(*) Os processos judiciais de natureza cível consistem, principalmente, em ações de clientes e usuários pleiteando indenização por danos materiais e morais relativos a produtos e serviços bancários, devolução de valores pagos em razão de revisão de cláusulas contratuais de encargos financeiros.

As provisões para ações cíveis são calculadas mensalmente e a perda esperada é provisionada de acordo com referências estatísticas que levam em consideração a natureza do processo e as características do tribunal (Juizado de Pequenas Causas ou Vara Comum). As ações cíveis relacionadas a ações com características atípicas ou de valores relevantes são consideradas ações especiais, cuja probabilidade de perda é apurada periodicamente, de acordo com o valor reclamado e as especificidades de cada ação. Para os casos de ações cíveis em que o C6 Consignado possui acordos contratuais de reembolso, se reconhece um ativo no mesmo valor da provisão para contingência.

Os depósitos judiciais realizados pelo C6 Consignado em face dos processos em que é parte montam R\$ 19.809 em 30 de junho de 2024 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 18.023), apresentados na Nota Explicativa 11.1 “Outros créditos diversos”.

Passivos contingentes

Em 30 de junho de 2024 o C6 Consignado não possui processos trabalhistas (em 31 de dezembro de 2023 – R\$ 435), com probabilidade de perda classificada como possível, os quais não são provisionados.

O C6 Consignado não possui processos cíveis com probabilidade de perda classificada como possível em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

15. DÍVIDAS SUBORDINADAS

Abaixo estão apresentadas as Letras Financeiras Subordinadas vigentes no período:

Ano de emissão	Ano de vencimento	30/06/2024			31/12/2023
		Valor principal	Indexador (a.a.)	Saldo contábil	Total
2023	2033	1.700	14,5%	1.719	1.719
2023	2038	300.000	14,75%	321.574	300.338
2023	2036	200.350	15,05%	223.510	208.483
2023	2033	600	3,7% + CDI	607	607
2023	2033	396.423	de 8,8% a 10% + IPCA	399.965	403.591
2023	2050	60.000	10,5% + IPCA	62.642	60.885
2024	2032	300	14,75%	320	-
Total				1.010.338	975.623
Não circulante				1.010.338	975.623

16. OUTROS PASSIVOS

	30/06/2024	31/12/2023
Provisão para pagamentos a efetuar relativos a despesas com comissão	166.629	63.520
Provisão para participação nos resultados	10.326	20.500
Provisão de recursos vinculados a operação de crédito (i)	304.378	-
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	25.550
Impostos a recolher	8.718	4.621
Contas a pagar de despesas administrativas	17.044	14.661
Contas a pagar de despesas com pessoal	85	79
Credores diversos	37.598	26.262
Total	544.778	155.193
Circulante	286.808	90.688
Não circulante	257.970	64.505

(i) Refere-se substancialmente a provisões relacionadas a obrigações futuras sobre carteira cedida.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CAPITAL SOCIAL

Em 30 de junho de 2024, o Capital Social é de R\$ 2.764.877 (R\$ 2.764.877 em 31 de dezembro de 2023) dividido em 581.679.189 ações ordinárias (31 de dezembro de 2023 dividido em 581.679.189 ações ordinárias).

Em 3 de julho de 2023, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital do C6 Consignado, de R\$ 1.764.877 para R\$ 2.764.877, mediante a emissão de 286.167.922 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço total de emissão de R\$ 1.000. As novas ações foram totalmente subscritas pelo acionista Banco C6 S.A, sendo 50% do capital subscrito, isto é, o valor de R\$500.000, integralizado à vista, em moeda corrente nacional. O remanescente do capital subscrito, correspondente a R\$500.000 foi integralizado em 6 de outubro de 2023, em moeda corrente nacional, após aprovação BACEN.

RESERVAS DE CAPITAL

Constituída por valores relativos a transações com pagamento baseado em ações ou outros instrumentos de capital a serem liquidadas com entrega de instrumentos patrimoniais, vide nota 18.

18. OUTORGA DE DIREITOS SOBRE INSTRUMENTOS PATRIMONIAIS

O C6 Consignado possui planos de pagamento baseado em ações para parceiros comerciais com o objetivo de potencializar a venda de crédito consignado.

As despesas com planos são apresentadas na tabela abaixo:

	31/12/2023	Adições	Resgates	30/06/2024
Correspondentes bancários	35.465	5.440	-	40.905
Total	35.465	5.440	-	40.905

Pagamentos baseados em ações no C6 Consignado referem-se a pagamento baseado em ações concedidas a fornecedores por entidades controladoras indiretas que possuem interesse econômico no C6 Consignado, que é a entidade que recebe o serviço.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA DE IRPJ E CSLL

	30/06/2024	30/06/2023
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	810.715	(100.473)
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas Vigentes	(364.822)	45.213
Efeitos no cálculo dos tributos decorrentes de:		
Despesas Indedutíveis	(62)	(35)
Exclusão Permanente	29.071	264
Reativação de créditos tributários	105.474	-
Encargos sobre efeitos no cálculo dos tributos	134.483	229
Imposto de Renda e Contribuição Social no semestre	(230.339)	45.442
Efeitos de adições e exclusões temporárias no cálculo dos tributos:		
Provisão para participação nos lucros	(4.578)	706
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(74.516)	21.196
Provisão para contingências cíveis	540	2.085
Provisão para pagamentos	13.323	24.237
Provisão para contingências fiscais	30	-
Marcação a mercado	(25.685)	-
Constituição dos impostos diferidos sobre adições e exclusões temporárias	(90.885)	48.224
Imposto de Renda e Contribuição Social valores correntes	(171.446)	-
Constituição/(Realização) de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	31.992	(2.782)

MOVIMENTAÇÃO DOS ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	31/12/2023	Movimentação do semestre		30/06/2024
		Constituição	Realização	
Provisão para participação nos lucros	9.385	-	(4.578)	4.807
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	77.872	100.045	(174.561)	3.356
Provisão para contingências cíveis	12.238	540	-	12.778
Provisão para pagamentos	78.203	30.486	(17.163)	91.526
Provisão para Contingência Fiscais	-	30	-	30
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	98.069	105.475	(73.482)	130.062
Total dos créditos tributários ativados	275.767	236.576	(269.784)	242.559
Impostos de renda	153.204			134.755
Contribuição social	122.563			107.804

Em 30 de junho de 2024, a parcela de R\$ 197 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 0) corresponde ao crédito tributário referente ao ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda, registrados em conta de patrimônio líquido.

MOVIMENTAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS

	31/12/2023	Movimentação do exercício		30/06/2024
		Constituição	Realização	
Marcação a mercado	-	25.685	(197)	25.488
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	-	25.685	(197)	25.488
Impostos de renda	-			25.488
Contribuição social	-			-

EXPECTATIVA DE REALIZAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

	30/06/2024
Em 2024	94.950
Em 2025	42.005
Em 2026	2.050
Em 2027	24.523
Em 2028	79.031
Total de créditos tributários	242.559
Valor presente	204.432

OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES

	30/06/2024	31/12/2023
IRPJ e CSLL correntes	(171.446)	-
Pis, Cofins e ISS correntes	(8.557)	(8.103)
Impostos de terceiros	(1.422)	(1.327)
Total	(181.425)	(9.430)
Circulante	(181.425)	(9.430)
Não circulante	-	-

20. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	30/06/2024	30/06/2023
Rendas com tarifas bancárias e serviços bancários	3.803	20.033
Serviços de seguros e resseguros	1.250	120
Outros serviços	6	13
Total	5.059	20.166

21. DESPESAS COM PESSOAL

	30/06/2024	30/06/2023
Proventos	(56.712)	(10.440)
Encargos sociais	(21.209)	(5.753)
Benefícios	(4.520)	(358)
Gratificação	(48)	(4.443)
Férias e 13 ^º	(6.584)	(3.504)
Honorários	(1.599)	(1.025)
Outros	(8.704)	(831)
Total	(99.376)	(26.354)

Inclui os efeitos de rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre as entidades do Grupo C6 Bank.

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/06/2024	30/06/2023
Telecomunicações e processamento de dados	(102.279)	(50.308)
Serviços técnicos especializados	(6.426)	(14.133)
Serviços de terceiros e consultorias	(24.395)	(36.886)
Propaganda e publicidade	(5.888)	(4.560)
Outras despesas administrativas	(10.935)	(5.593)
Total	(149.923)	(111.480)

Inclui os efeitos de rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos celebrados entre as entidades do Grupo C6 Bank.

23. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2024	30/06/2023
Despesa de comissão	(372.786)	(528.066)
Variação cambial	(54.801)	-
Gastos relacionados a processos judiciais	(1.549)	(4.634)
Serviços do sistema financeiro	(4.664)	(38.998)
Receitas de portabilidade	45.052	22.107
Outorga de direitos sobre instrumentos patrimoniais (nota 18)	(5.440)	(5.440)
Provisões	(35.749)	(21.616)
Outras receitas e despesas operacionais	(12.831)	(23.177)
Total	(442.768)	(599.824)

24. PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado.

Operações pactuadas com empresas do Grupo C6 e pessoal chave da Administração:

	30/06/2024	31/12/2023
Ativo		
Aplicações em operações compromissadas - Banco C6 S.A.	1.861.011	380.578
Derivativos - Banco C6 S.A.	49.504	-
Contas a receber - Banco C6 S.A.	74.929	2.116
Outros ativos - Banco C6 S.A.	317	357
Passivo		
Depósitos interfinanceiros - Banco C6 S.A.	6.079.071	7.438.052
Empréstimos e repasses - Banco C6 S.A. (Cayman Branch)	440.255	271.669
	30/06/2024	30/06/2023
Resultado		
Resultado de operações com instrumentos financeiros - Banco C6 S.A.	-	16.975
Despesa de depósitos interfinanceiros - Banco C6 S.A.	(411.243)	(768.751)
Empréstimos e repasses - Banco C6 S.A. (Cayman Branch)	(16.307)	-
Derivativos - Banco C6 S.A.	57.077	-
Outras despesas administrativas - Banco C6 S.A.	(42)	(117)

REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O pessoal chave da administração refere-se a diretores e membros do conselho administrativo.

A remuneração total do pessoal-chave da administração para o período foi de R\$ 882 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.081) a qual é considerada benefício de curto prazo.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital do Grupo C6 reflete a estratégia e o modelo de negócios do Grupo, sendo compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos, a relevância da exposição a riscos, e a importância sistêmica das instituições.

A gestão de riscos e de capital é executada por uma área segregada das unidades operacionais de negócios, assegurando, dessa forma, o caráter independente da sua atuação.

A estrutura de governança de risco do Grupo C6 busca estabelecer um ambiente de gestão de riscos independente, robusto, integrado e abrangente, em linha com a regulamentação em vigor e com as melhores práticas de mercado, adotando uma postura prospectiva para garantir que todos os riscos incorridos sejam devidamente identificados, mensurados, avaliados, monitorados, controlados, mitigados e reportados.

O C6 Consignado calcula os limites operacionais de forma consolidada, tomando por base o Conglomerado Econômico-Financeiro que tem como instituição líder o Banco C6 S.A.

Em 30 de junho de 2024 e 31 de dezembro de 2023, todos os limites operacionais estão devidamente atendidos.

Os ativos financeiros mensurados ao valor de mercado (Notas 5 e 6) são substancialmente representados por investimentos em títulos públicos brasileiros, classificados no Nível 1 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá pela observação de preços ativamente negociados no mercado e debêntures classificadas no Nível 2 na hierarquia do valor justo, cuja mensuração se dá por técnica de avaliação que utiliza somente dados de mercado observáveis.

O Relatório de Pilar 3 do Grupo C6 está disponível no site: www.c6Bank.com.br/documentos/

* * *